

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.856.385 - SP (2020/0003284-0)

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**
AGRAVANTE : R L T
**ADVOGADOS : PAULO MARZOLA NETO - SP082554
RODRIGO VITAL - SP233482**
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PENA-BASE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE FUNDAMENTOS SUFICIENTES DA DECISÃO RECORRIDA. SÚMULA N. 283 DO STF. APLICAÇÃO DA MINORANTE. FUNDAMENTAÇÃO. QUANTIDADE E NATUREZA DA DROGA. REQUISITOS. NÃO PREENCHIMENTO. REEXAME FACTUAL. SÚMULA 7/STJ. REGIME FECHADO. CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL NEGATIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. SUBSTITUIÇÃO POR PENAS RESTRITIVAS. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DO ART. 44 DO CP.

I - O agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a r. decisão vergastada por seus próprios fundamentos.

II - **In casu**, o agravante, ao que se observa, muito embora tenha colacionado os motivos de sua irresignação, não logrou refutar os esteios do **decisum**.

Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

Os Srs. Ministros Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 10 de março de 2020(Data do Julgamento)

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
Relator